

# pretextos

Revista do Instituto da Segurança Social, I.P.

## Projecto CAIM Combate ao Tráfico de Mulheres e Crianças

### Social TV

Atender o cidadão  
com mais eficiência

### Encontro Nacional do RMG/RSI

Assinatura de Contratos  
do Programa PARES



# **Segurança Social Directa**

**Aceda em**

**[www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)**

**A forma mais rápida das Empresas e  
dos Cidadãos se relacionarem com a  
Segurança Social**

# Editorial

**Edmundo Martinho**

Presidente do Conselho Directivo do  
Instituto da Segurança Social, I.P.

A presente edição da Pretextos desenvolve um conjunto de temas muito diverso, que enriquece fortemente o seu conteúdo.

Uma das temáticas apresentadas tem que ver com o tráfico de seres humanos, com particular incidência nas mulheres e crianças. Neste artigo é dado a conhecer o Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos, que compreende o período entre 2007 e 2010, mas também o protocolo que foi celebrado para a criação de um centro de acolhimento e protecção às vítimas, resposta considerada imprescindível e pioneira e em que o Instituto da Segurança Social está particularmente envolvido.

Num registo diferente, mas decerto com interesse para o leitor, é apresentado o Regime Público de Capitalização, solução inovadora no domínio do sistema de pensões

da Segurança Social Pública. Ficamos aqui a conhecer um pouco melhor as características que o definem, mas também os resultados até agora alcançados.

Destaque ainda para o artigo sobre o SIADAP, sistema de avaliação da Administração Pública, onde é feita referência aos domínios sujeitos a adaptação, tendo em conta as especificidades do organismo.

Além destes temas, um vasto conjunto de notícias marcou estes últimos meses. A Pretextos partilha com os seus leitores muito do que foi feito, e o que está previsto acontecer, num esforço de abertura e partilha de informação, pois acreditamos que através da comunicação e da aprendizagem mútua, crescemos e melhoramos. Estamos certos que este sentimento é partilhado pelos assinantes desta revista, que atingem já hoje o número de 19.000.

# Ficha Técnica

## Propriedade

Instituto da Segurança Social, I.P.

## Director

Edmundo Martinho

## Coordenação

Ana Paula Martins

Maria João Quedas

## Supervisão Técnica

Dina Moura

Vasco Barata

## Secretariado

Isabel Ferreirinha

Natalina Luís

## Conselho Editorial

Ana Isabel Carvalho, Ana Paula Revez, Arlindo Cardoso, Cecília Cavalheiro, Clemente Galvão, Leocádia Flores, Mateus Teixeira, Maria da Conceição Ferraz, Maria José Ferreira, Maria José Martins Maia, Maria da Luz Claro, Mónica Baptista, Rita Cortes Castel-Branco, Tânia Fernandes, Teresa Bomba, Vanda Silva Nunes.

## Colaboraram nesta edição

Ana Paula Alves, Alexandra César, Cecília Demée, Centro Distrital de Santarém, Cristina Gilde, Cristina Serém Estorninho, Cristina Vaz de Almeida, Ivone Monteiro, Joana Alves, Joana Vallera, João Mendes, Júlia Tomaz, Júlio Paiva, Liliana Monteiro, Maria de Fátima Andrade, Maria de Fátima Ventura, Nuno Lourenço, Paulo Costa, Tânia Pinto, Unidade de Planeamento e Controlo de Gestão.

## Redacção e Assinatura

Rua Rosa Araújo, 43 • 1250-194 Lisboa

Tel.: 21 310 20 00 • Fax.: 21 310 20 90

E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt

## Data de Publicação

Setembro 2008

## Periodicidade

Trimestral

## Design e paginação

Aba Design, Comunicação e Equipamento, Lda.

## Impressão

SOGAPAL

## Tiragem

22 000 exemplares

## Distribuição

Gratuita

Depósito Legal: 154679/2000

ISSN: 0874-9698

Revista disponível em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores.

É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

# Sumário

Editorial	1
Projecto CAIM	3
Regime Público de Capitalização	5
Social TV	7
Candidaturas ao PARES Divulgação de Resultados	9
Assinatura de Contratos do Programa PARES	10
CSI - Instrumento de Combate à Pobreza	12
Seminário "Plano DOM"	14
Fórum Europeu de seguro contra os Acidentes de Trabalho e as Doenças Profissionais	15
Domínios do SIADAP sujeitos a adaptação	16
Notícias	18
Ecos	28
Sites: Desenvolvimento Infantil	30
Bibliografia Temática	31





# Projecto CAIM

## O papel do Instituto da Segurança Social no combate ao tráfico de mulheres e crianças

**Cristina Serém Estorninho**

Unidade de Qualificação de Famílias e Territórios  
Departamento de Desenvolvimento Social  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
cristina.i.estorninho@seg-social.pt

O Tráfico de Seres Humanos é uma das actividades criminosas mais lucrativa do Mundo e consiste no aliciamento, transporte e alojamento de pessoas, sobretudo mulheres e crianças, sob o uso da força e outras formas de coacção. Um problema global que precisa de respostas concretas e urgentes.

Todos, sociedade civil ou iniciativa privada, temos o dever de participar nesta luta. O aumento da consciencialização e conhecimento sobre o tráfico humano é imprescindível para a obtenção de mais aliados para esta luta.

Em Portugal foi criado e adoptado o I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010), que se apresenta

como um instrumento indispensável na partilha de responsabilidades entre as diversas entidades governamentais e a sociedade civil, e impõe necessárias e oportunas medidas de protecção e apoio que têm como denominador comum o interesse das vítimas.

As vítimas que, como já referimos, são, essencialmente, mulheres e crianças. Sobretudo, devido, entre outros aspectos, a uma crescente feminização da pobreza, o que propicia situações de exploração sexual e laboral. Em relação às crianças esta realidade é um atentado ao direito inalienável de crescer num ambiente protegido e acolhedor, e de ser livre de qualquer forma de abuso e/ou exploração.

Para além da criação e implementação do Plano já referido, é importante referir também que, já este ano, em Junho, foi celebrado o Protocolo de Colaboração para a criação do Centro de Acolhimento e Protecção (CAP) às vítimas de tráfico. Uma resposta necessária e pioneira, com o aval da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), do Ministério da Administração Interna (MAI), do Ministério da Justiça (MJ), do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), representado pelo Instituto da Segurança Social (ISS) e da Associação para o Planeamento da Família (APF).

Este Centro de Acolhimento e Protecção é a primeira valência criada neste domínio. Uma resposta de âmbito nacional que funciona em permanência, 24 horas por dia e durante os 7 dias da semana.

A sua localização é confidencial e móvel, atendendo à necessidade constante de garantir condições de segurança, estabilidade e bem-estar dos seus destinatários e, nunca é demais lembrar, destina-se ao acolhimento de mulheres, e seus descendentes menores, sinalizadas como vítimas de tráfico.

Esta realidade é pois, para Portugal, uma problemática prioritária que tem vindo a assumir uma abordagem conceptual, clara e inequívoca, e o ISS, por ser a entidade pública responsável pela implementação das medidas de política social, pela abrangência de problemáticas sociais que acompanha, pelo âmbito da sua acção territorial, a nível nacional, e pela sua ligação com as entidades vocacionadas para a intervenção social, integrou também a Parceria de Desenvolvimento do Projecto CAIM – Cooperação, Acção, Investigação, Mundivisão.

O Projecto CAIM, é um projecto-piloto na área da Prostituição e Tráfico de Mulheres para Fins de Exploração Sexual, financiado pela iniciativa Comunitária EQUAL, e desenvolve diversas actividades, cumprindo o plano a que se dispôs, neste âmbito.

Tendo consciência de como é fundamental uma participação activa, como agente estratégico para a disseminação dos produtos abaixo referidos, e com o objectivo de consolidação da Rede Nacional de Apoio e Protecção às Vítimas de Tráfico (RNAPVT), o ISS, através dos seus Centros Distritais, assumiu o papel de mediador/facilitador junto das Redes Sociais, organizando e realizando cinco Encontros com entidades das

Redes Sociais dos Distritos já identificados, com uma maior preponderância de situações de tráfico, designadamente: 12 de Setembro, em Lisboa; 17 de Setembro, em Braga; 19 de Setembro, em Bragança; 24 de Setembro, na Guarda; e 29 de Setembro, em Aveiro.

Os objectivos destes Encontros foram:

- Envolver todas as Instituições, com intervenção mais ou menos directas na área do tráfico de Seres Humanos;
- Promover a familiarização destas instituições com os instrumentos concebidos no âmbito do projecto CAIM;
- Potenciar o processo de apropriação dos produtos que são três e que fazem uso desta mesma terminologia. A saber:
  - Sistema de Monitorização;
  - Sinalização, Identificação e Integração das Mulheres-Vítimas;
  - Kit de Apoio à Formação para Prevenção e Assistência às Vítimas.

Os Encontros para além da apresentação dos produtos, tiveram como principal finalidade a consolidação da Rede Nacional de Apoio e Protecção às Vítimas de Tráfico.

O Tráfico é uma realidade que nos preocupa, mas que ao mesmo tempo nos dá força para lutar com mais determinação.

O trabalho que virá a ser desenvolvido no âmbito destes Encontros dos Centros Distritais do ISS será valioso e ajudará a criar uma maior capacidade para lutar contra o tráfico de mulheres para fins de exploração, seja ela sexual ou de qualquer outra natureza e a favor dos direitos humanos.

Por isso, o ISS esteve envolvido desde o primeiro momento em que foi solicitada a sua colaboração no apoio efectivo às vítimas.

A criação de uma nova resposta social específica para estas mulheres e suas crianças, o Centro de Apoio e Protecção, é prova e certeza de que este trabalho está a obter resultados positivos e que muito nos orgulha.

O ISS está disponível para trabalhar em conjunto com todas as entidades envolvidas e fazer desta matéria uma prioridade. □



## CERTIFICADOS DE REFORMA

# Regime Público de Capitalização

**Paulo Costa**

Sector de Certificados de Reforma  
Unidade de Identificação e Qualificação  
Departamento de Identificação, Qualificação e Contribuições  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
paulo.h.costa@seg-social.pt

Com a publicação da nova Lei de Bases da Segurança Social<sup>1</sup>, criou-se o denominado Regime Público de Capitalização (RPC), que está consagrado nos artigos 81º e 82º do referido diploma legal, definindo-o como *"um regime de adesão voluntária individual, cuja organização e gestão é da responsabilidade do Estado, que visa a atribuição de prestações complementares das concedidas pelo sistema previdencial, tendo em vista o reforço da protecção social dos beneficiários"*.

Este novo regime preconiza uma contribuição adicional, voluntária, com a aquisição dos Certificados de Reforma (unidades de participação no fundo dos certificados de reforma), através de contribuições mensais de 2%, 4% ou 6% sobre a média dos valores que constituirão a base de incidência para o cálculo das contribuições para um regime de protecção social de carácter obrigatório<sup>2</sup>, tornando-o num verdadeiro mecanismo de poupança que o Estado disponibiliza aos seus

cidadãos, proporcionando um reforço da protecção social à medida da conveniência e disponibilidades financeiras de cada um, e que se encontra regulado no Decreto-Lei n.º 26/2008, de 22 de Fevereiro.

Assim, o Decreto-Lei n.º 26/2008, procedeu à fixação das regras do RPC, que já estava previsto no quadro da reforma da Segurança Social e da nova Lei de Bases, destinado à atribuição de um complemento de pensão ou de aposentação por velhice e invalidez absoluta, e que estão sempre directamente relacionados com os montantes acumulados na conta individual dos aderentes ao regime.

A natureza do RPC é diversa do conhecido regime público de repartição, uma vez que este último para além da obrigatoriedade de permanência no regime, apresenta um benefício que se encontra definido no seu início e a contribuição é o reflexo de quanto o beneficiário vai receber no futuro (denominado de *pay as you go*), ao invés do de capitalização cujo mecanismo permite que determinado capital acumulado produza a sua rentabilidade.

<sup>1</sup> Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, publicada no Diário da República n.º 11, 1ª Série, de 16 de Janeiro de 2007.

<sup>2</sup> Regras para o cálculo da contribuição - cfr. arts. 11º, 12º e 13º, do Dec. Lei n.º 26/2008, de 22 de Fevereiro, publicado no Diário da República n.º 38, 1ª Série, de 22 de Fevereiro de 2008.



O RPC assinalou um semestre de existência, uma vez que entrou em vigor no dia 1 de Março de 2008, mas produzindo efeitos a 1 de Janeiro do corrente ano<sup>3</sup>, pelo que foi apresentado pelo Sector de Certificados de Reforma da UIQ - DIQC, do Instituto da Segurança Social, I.P.<sup>4</sup>, um Balanço do regime referente a esse período, à sua implementação, à articulação entre os organismos envolvidos<sup>5</sup>, à receptividade do produto pelo público e ao seu desenvolvimento (com destaque para os atendimentos realizados e as adesões efectuadas) e de igual modo aos constrangimentos verificados ao longo desse período (até 30.06.2008).

Do referido Balanço extraem-se algumas conclusões, mormente que todo o processo inerente ao RPC tem-se desenrolado da melhor forma, com uma excelente interligação entre todas as instituições e serviços envolvidos; na prestação de um serviço de qualidade ao público e da ampla informação prestada a estes; com a modernização de todo o sistema contributivo e na desburocratização da relação entre os cidadãos e a Segurança Social; na aplicação do regime jurídico do RPC e de forma uniforme em todo o território nacional; da celeridade na cor-

recção de diversos dados no SISS dos beneficiários; bem como pelo número de subscrições e até pelas taxas de rendibilidade já apresentadas pelos Certificados de Reforma.

Ora, constata-se que o novo regime complementar que nasceu em Fevereiro último, já está verdadeiramente implementado, apresentando um universo de 4.350 aderentes (dados até 30.08.08). O respectivo Fundo dos Certificados de Reforma em finais de Julho do corrente apresentava um valor de € 1.572.391,41 e as contribuições do regime relativas a cada mês rondavam o montante de € 268.095,41. Já o valor da Unidade de Participação (UP) atingiu a cotação de € 1,01568 (dados de 30.08.08).<sup>6</sup>

Assim, sem qualquer tipo de publicidade este regime vai crescendo agradavelmente, e irá crescer ainda mais, porquanto apresenta-se como um bom regime complementar de segurança social e tem um universo de potenciais aderentes bastante vasto, o que permitirá alcançar, a médio prazo, o duplo objectivo proposto para a sua criação, ou seja, o constituir um contributo válido para a sustentabilidade do sistema de segurança social e o de permitir um verdadeiro reforço da protecção social dos beneficiários. □

3 cfr. art. 45º, do Dec. Lei n.º 26/2006, de 22 de Fevereiro.

4 "back-office" único, abrangendo todo o território continental - criado pela Deliberação n.º 199/08, de 27 de Fevereiro de 2008, do Conselho Directivo do ISS, I.P.

5 ISS, I.P.; IGFSS, I.P.; IGFCSS, I.P.; II, I.P.; DGSS.

6 Dados facultados pelo II, I.P.



# Social TV

## Atender o cidadão com mais eficiência

**Ana Paula Martins**

Gabinete de Comunicação  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
ana.p.martins@seg-social.pt



O canal *corporate Social TV* possibilita a comunicação dirigida. Oferece informação útil. Cria entretenimento.

O resultado? Reduz a percepção dos tempos de espera, transmite informação útil ao cidadão de forma atractiva e inovadora, enquanto este aguarda a sua vez para ser atendido, num ambiente mais calmo, organizado e moderno.

### Porquê um canal interno de TV?

As redes de meios digitais vieram revolucionar a maneira como as organizações comunicam como o seu público-alvo.

Através da tecnologia de alta definição de monitores, plasma ou outros dispositivos, é possível a divulgação de mensagens institucionais, entretenimento e gestão de filas de espera nos serviços de atendimento.

A criação do canal Social TV foi motivada pela crescente e contínua procura de melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Instituto da Segurança Social (ISS) ao cidadão. A disponibilização de conteúdos informativos nos serviços de atendimento contribui ainda para o aumento da notoriedade do Sistema de Segurança Social, verificando-se também um reforço da imagem corporativa do ISS.

Este projecto conta com o *know-how* da empresa *Fujitsu Services*, que gere há vários anos canais corporativos, através da plataforma *inStorevision*. A empresa teve a capacidade de entender as necessidades do ISS: integrar na plataforma de *hardware* dos Sistemas de Gestão de Filas de Espera existentes esta nova tecnologia de comunicação.

Na implementação da Social TV existiram alguns desafios que foram colocados e superados pelas equipas que coordenaram este projecto, nomeadamente ao nível da integração dos conteúdos com a solução de gestão de filas de espera já existente e ainda a capacidade de enviar ou actualizar conteúdos em determinados serviços de atendimento, dependendo da sua localização geográfica.

Numa primeira fase a Social TV foi instalada nos serviços de atendimento já equipados com plasmas e sistema integrado de gestão de filas de espera. Estes serviços representavam 22% do total de atendimentos (cerca de 3,7 milhões de cidadãos) espalhados pelo país.

### Quem disse que esperar não pode ser agradável?

A Social TV disponibiliza a todos os que se deslocam aos serviços de atendimento da Segurança Social, informação institucional sobre o ISS e sobre os seus produtos e serviços, para além de informações de interesse geral, nomeadamente ao nível de campanhas de sensibilização, bem-estar e saúde, passatempos, adivinhas, efemérides, receitas, curiosidades.

A gestão do canal e de todos os conteúdos editoriais são da responsabilidade do Gabinete de Comunicação do ISS, sendo a *Fujitsu Services* a responsável pela gestão da plataforma.

No presente, o objectivo passa pela expansão do canal Social TV a um maior número de serviços de atendimento, e pela disponibilização de conteúdos cada vez mais variados. No futuro, acompanhar a evolução da solução *inStorevision* para

desenvolvimento de novas funcionalidades no canal interno de televisão do ISS, tornando-o ainda mais activo. □



## Benefícios da Social TV

Comunicação dirigida.

Divulgação de mensagens institucionais.

Redução da percepção dos tempos de espera.

Melhoria da qualidade do serviço prestado ao cidadão.

Informação útil ao cidadão de forma atractiva e inovadora.

## Solução *inStorevision*

- O *inStorevision* é composto por uma plataforma de canais multimédia independentes, geridos e distribuídos automática e remotamente a partir de um *Control Center*. Este *Control Center* permite também a calendarização (*playlists*) do conteúdos informativos.
- Com o *inStorevision* todos os conteúdos são controlados com precisão, pré-programando a calendarização, de acordo com as necessidades específicas nos pontos de atendimento ao público, podendo a calendarização ser actualizada instantânea e proactivamente.
- O *inStorevision* garante que os conteúdos são dispersos pela rede, com possibilidade de diferenciação site a site.



Programa de Alargamento  
da Rede de Equipamentos Sociais

Unidade de Planeamento  
e Controlo de Gestão  
Gabinete de Planeamento  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
ISS-GP-UPCG@seg-social.pt

## Candidaturas ao PARES

### Divulgação de resultados

Na génese do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) esteve a necessidade de melhorar a posição menos favorável de Portugal no contexto europeu ao nível da cobertura dos equipamentos sociais. Este programa, que concorre para o desenvolvimento de políticas sociais inovadoras, intensifica o apoio à família e fortalece a protecção social em matéria de combate à pobreza, assentando a sua estratégia no estabelecimento de parcerias entre o Estado e as Instituições Particulares de Solidariedade Social e no estímulo ao investimento do sector privado.

O PARES caracteriza-se por um efectivo planeamento das necessidades ao nível territorial, nas áreas da infância, deficiência, deficiência e idosos, através da escolha de projectos prioritários inseridos em áreas geográficas com uma taxa de cobertura inferior à média nacional e mais vulneráveis à exclusão social. Salienta-se que, a execução do programa, vai impulsionar o emprego no sector social, através da ajuda à criação de 15.000 novos postos de trabalho.

Já decorreram 3 fases de candidaturas ao PARES que, assinala-se,

foram bastante participadas. Importa assim apresentar os resultados nacionais do programa, em que haverá uma participação pública de cerca de 206 milhões de euros (89,7 milhões de euros na 1.ª fase, 94,8 milhões de euros na 2.ª fase e 21,5 milhões de euros na 3.ª fase), num investimento total de aproximadamente 405 milhões de euros (173 milhões de euros na 1.ª fase, 183 milhões de euros na 2.ª fase e 45 milhões de euros na 3.ª fase), levando à criação de 9.409 postos de trabalho (3.696 na 1.ª fase, 4.490 na 2.ª fase e 1.223 na 3.ª fase). Deste modo, Portugal está a aproximar-se de níveis de cobertura mais próximos do panorama europeu (598 equipamentos, 1.014 respostas e 33.258 novos lugares, a nível nacional).

O PARES prevê, na Rede Solidária, o aumento de lugares nas seguintes respostas sociais: Creches (16.082), Centros de Actividades Ocupacionais (192), Lares Residenciais (573), Residências Autónomas (191), Serviços de Apoio Domiciliário a Pessoas com Deficiência (250), Centros de Dia (5.455), Lares de Idosos (5.218) e Serviços de Apoio Domiciliário a Idosos (5.297). □

Resposta Social	Número de Lugares a Criar			
	1ª fase	2ª fase	3ª fase	Total
Creche	4 713	7 396	3 973	16 082
Centro de Actividades Ocupacionais	192			192
Lar Residencial	162	411		573
Residência Autónoma	36	155		191
Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência	80	170		250
Centro de Dia	3 053	2 402		5 455
Lar para Idosos	2 674	2 544		5 218
Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos	2 454	2 843		5 297
<b>Total</b>	<b>13 364</b>	<b>15 921</b>	<b>3 973</b>	<b>33 258</b>



# Assinatura de Contratos do Programa PARES

O Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – PARES deslocou-se à Fundação Dr. António Cupertino de Miranda no Porto para a assinatura de contratos com vinte e quatro Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) daquela área metropolitana. Os contratos foram assinados pelo Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social (ISS), Edmundo

Martinho, e homologados pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, José António Vieira da Silva, que encerrou a sessão.

Após a abertura da sessão por Edmundo Martinho, os presentes tiveram a oportunidade de ver, através de um filme, algumas das muitas obras em curso da fase I e II do PARES







levadas a cabo de norte a sul do território nacional.

O Secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, também esteve presente e no seu discurso referiu a importância deste Programa.

O Programa PARES veio aumentar o número de respostas sociais, a nível de equipamentos para a infância, idosos e pessoas com deficiência.

Com a terceira fase de candidaturas do PARES, direccionada a creches, a área metropolitana do Porto aumenta em 82 o número de equipamentos nesta área, o que corresponde a um total de 4.414 novos lugares. □





# Complemento Solidário para Idosos

## Instrumento de combate à pobreza



**Leocádia Flores**

Núcleo de Gestão de Pensões e Complementos  
Centro Nacional de Pensões  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
leocadia.m.flores@seg-social.pt

Inserido num pacote mais amplo de políticas sociais de combate à pobreza e à exclusão social, desenvolvidas pelo actual Governo como forma de dar resposta às necessidades de redução das assimetrias de rendimento que, segundo as estatísticas, colocam um elevado número de cidadãos, particularmente os mais idosos, no limiar da pobreza, o Complemento Solidário para Idosos (CSI) é uma prestação social que tem por objectivo combater a pobreza dos idosos pensionistas com idade igual ou superior a 65 anos, melhorando o seu nível de rendimentos e consequentemente o seu bem estar.

Além da idade, constitui condição de atribuição, ser residente em território nacional, pelo menos nos seis anos anteriores à

apresentação do requerimento, sendo que, para efeitos de CSI, a lei considera equiparados a residentes legais os estrangeiros detentores de título válido nos termos do disposto no diploma que define o regime jurídico da entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português.

Trata-se de um instrumento que visa garantir a atribuição de mínimos sociais aos idosos de mais baixos recursos financeiros e, simultaneamente, visa reforçar o princípio da justiça social de combate à pobreza, mediante a atribuição diferenciada da prestação em função não só do montante das respectivas pensões, mas também da existência de outras fontes de receita que constituam os recursos do idoso, ou seja, o rendimento global do idoso.



Na determinação dos recursos do requerente são considerados, entre outros, os rendimentos do requerente e do seu cônjuge ou de pessoa que com ele viva em união de facto, uma percentagem do valor do património mobiliário e imobiliário e a componente de solidariedade familiar.

Na verdade, tratando-se de uma prestação do regime de solidariedade e, nessa medida, da responsabilidade da sociedade em geral, o CSI procura imputar maiores níveis de responsabilização àqueles que podem e devem contribuir para melhorar a qualidade de vida dos idosos, particularmente as suas famílias. Daí que, no cômputo dos rendimentos dos idosos, seja considerada a componente da solidariedade familiar - de expressão monetária quase simbólica, mas de grande significado em termos de justiça social – no sentido de que a solidariedade deve começar em primeiro lugar por aqueles que estão mais próximos, particularmente nas famílias quando estas possuam condições económicas para o efeito.

Assim, o Governo decide, periodicamente, qual o valor do rendimento mínimo que se pretende garantir ao idoso, ou seja, qual o valor de referência para efeitos do CSI - o qual para o ano de 2008 é de € 4800/anuais, sendo € 400 a média mensal

(requerente isolado) e € 8400/anuais, sendo € 700 média mensal por casal (dois requerentes). O valor da prestação a atribuir a título de CSI, será então o correspondente à diferença entre o montante dos recursos do requerente e este valor de referência. Além desta prestação, os beneficiários do CSI adquirem, ainda, direito aos Benefícios Adicionais de Saúde (BAS).

É uma prestação atribuída por um período de 24 meses, findo o qual, carece de renovação que poderá determinar a sua cessação (se tiverem deixado de se verificar as condições que determinaram a sua atribuição) ou a sua manutenção (se se mantiverem as condições de atribuição), com prestação igual, inferior ou superior em função da condição de recurso então verificada.

Enquanto membros duma sociedade que se pretende mais justa e solidária, compete-nos, na qualidade de cidadãos, dar a conhecer as iniciativas que visem garantir o acesso generalizado a todos os potenciais beneficiários da medida, e por esta via, colaborar no combate à pobreza e na melhoria da qualidade de vida, em especial nos grupos de maior fragilidade como é o caso dos idosos. □



# Seminário “Plano DOM”



No passado dia 19 de Julho, realizou-se no Auditório do Centro Distrital de Santarém, o Seminário Plano DOM intitulado “Mudança do Comportamento Organizacional e Gestão da Mudança”, contando com a presença da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, do Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social (ISS), Edmundo Martinho, e das Directoras Distritais de Lisboa, Rosa Araújo, e de Santarém, Anabela Santos Rato.

O Seminário destinou-se aos dirigentes e técnicos das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) com protocolos celebrados no âmbito do Plano DOM, mas também participaram técnicos da Equipa Central do Plano DOM, técnicos das Equipas Distritais e dirigentes das Unidades de Desenvolvimento Social.

O painel de oradores enriqueceu e captou a atenção de toda a plateia, como o Juiz Conselheiro Laborinho Lúcio, o Psicólogo e elemento da Equipa Central DOM, Rui Godinho, o Presidente da Cáritas Portuguesa, Eugénio Fonseca, e o Professor e investigador do ISCTE, Rogério Roque Amaro.

Foi um dia de trabalho e concentração, pois o calor que se fez sentir não afastou a motivação e o empenho de todos os presentes. □





# Fórum Europeu de Seguro contra os Acidentes de Trabalho e as Doenças Profissionais

**Maria de Fátima Ventura**

Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
fatima.c.ventura@seg-social.pt



O Fórum Europeu de Seguro contra os Acidentes de Trabalho e as Doenças Profissionais foi fundado em Roma em Junho de 1992, onde um conjunto de países pioneiros entre os quais Portugal - Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais (CNPRP) - se juntaram com o objectivo de fomentar a troca de informação e de experiências entre as organizações nacionais que são responsáveis pelo seguro dos acidentes de trabalho e de doenças profissionais. O Fórum Europeu tem por missão difundir e salvaguardar o princípio do seguro dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais e promover a convergência dos sistemas de acidentes de trabalho e das doenças profissionais na Europa.

A presidência do Fórum Europeu é rotativa e tem a duração de um ano. Portugal presidiu ao Fórum Europeu em 2001, actualmente cabe à Dinamarca a presidência.

O Fórum Europeu tem vários grupos de trabalho com a colaboração permanente do CNPRP nomeadamente, o "Forum News" e o "Grupo de Trabalho das Doenças Profissionais". O "Forum News" é um boletim de informação que tem 3 publicações por ano (normalmente é em Fevereiro, Junho e Setembro) e é publicado em 2 línguas combinadas: Inglês/Alemão e Francês/Italiano. O "Grupo de Trabalho das Doenças Profissionais" tem vindo já algum tempo a apresentar diversos estudos na área das doenças profissionais, dos quais se destacam as mais recentes publicações:

- Custo e Financiamento das Doenças Profissionais na Europa; 2004
- Distúrbios mentais relacionados com o trabalho - Que reconhecimento na Europa?; 2004
- Doenças Profissionais na Europa – Estudo comparativo em 15 países; 2002
- Cancros relacionados com trabalho: Generalidades; 2002
- Sub-Declaração das doenças profissionais a nível europeu, 2002
- Lombalgia e Asma: 2 estudo/caso a nível europeu; 2002.

O Fórum Europeu reúne pelo menos uma vez por ano no país que preside, normalmente com uma agenda de trabalhos composta por uma Sessão de trabalho dos respectivos membros e uma Conferência, para a qual são convidados peritos das matérias em debate.

Assim, e cumprindo a tradição, o Fórum Europeu reuniu nos dias 17 e 18 de Junho de 2008, em Copenhaga, na Dinamarca, cujo tema da Conferência foi as "Doenças mentais relacionadas com o trabalho - reconhecimento, compensação e prevenção".

Da Sessão de trabalho dos membros do Fórum Europeu destaca-se a apresentação e assinatura dos Estatutos do Fórum Europeu pela Agência da Letónia de Seguro Social.

Na Conferência estiveram presentes o Sr. Ministro do Emprego da Dinamarca e o Secretário-Geral da Associação Internacional de Segurança Social, entre vários peritos de renome em matéria de doenças mentais relacionadas com o trabalho.

Mais informação em [www.europeanforum.org](http://www.europeanforum.org) □

# Domínios do SIADAP sujeitos a adaptação

De acordo com os números 1 e 2 do artigo 2.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP) aplica-se aos serviços da administração directa e indirecta do Estado, aos serviços da administração regional autónoma, à administração autárquica, aos órgãos e serviços de apoio do Presidente da República, da Assembleia da República, dos tribunais e do Ministério Público, e ainda aos respectivos órgãos de gestão e de outros órgãos independentes.

Cada organismo público, em função do(s) sector(es) onde actua, da sua estrutura orgânica, dos seus estatutos e dos trabalhadores que integra, em tantos casos distribuídos por um vasto leque de carreiras – algumas delas com um sistema de avaliação de desempenho específico –, deverá adaptar às suas especificidades a legislação que rege o SIADAP, respeitando os seus princípios, objectivos e regras.

Fundamental para a formalização daquelas adaptações é a concepção de um regulamento de aplicação do SIADAP por organismo. Este regulamento, a incidir essencialmente sobre os subsistemas SIADAP 2 e 3, deverá, entre outros: apresentar os seus princípios e o seu âmbito de aplicação; caracterizar

o processo de avaliação, os critérios para a diferenciação do desempenho e a atribuição das diversas menções qualitativas; referenciar os seus intervenientes e os respectivos direitos e deveres.

No Instituto de Segurança Social, IP. (ISS) já foram produzidas orientações e normas internas neste âmbito, e prevê-se a aprovação de Regulamento adaptativo, mais abrangente e adequado às especificidades da organização.

Para além do regulamento, e de modo a garantir a coerência na aplicação do SIADAP e acautelar o rigor na diferenciação de desempenhos, o Dirigente Máximo do Serviço (DMS) – no caso do ISS, IP, o Presidente do Conselho Directivo – e o Conselho Coordenador da Avaliação (CCA) deverão, no uso das suas competências, disseminar pela organização um conjunto de orientações que apoiem a justa avaliação de desempenho de trabalhadores com funções diferenciadas, inseridos em unidades orgânicas com atribuições diversas e exigindo competências dissemelhantes.

Segundo as alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, compete ao CCA es-

tabelecer: *"directrizes para uma aplicação objectiva e harmónica do SIADAP 2 e do SIADAP 3, tendo em consideração os documentos que integram o ciclo de gestão (...), orientações gerais em matéria de fixação de objectivos, de escolha de competências e de indicadores de medida, em especial os relativos à caracterização da situação de superação de objectivos, número de objectivos e de competências a que se deve subordinar a avaliação de desempenho, podendo fazê-lo para todos os trabalhadores do serviço ou, quando se justifique, por unidade orgânica ou por carreira"*.

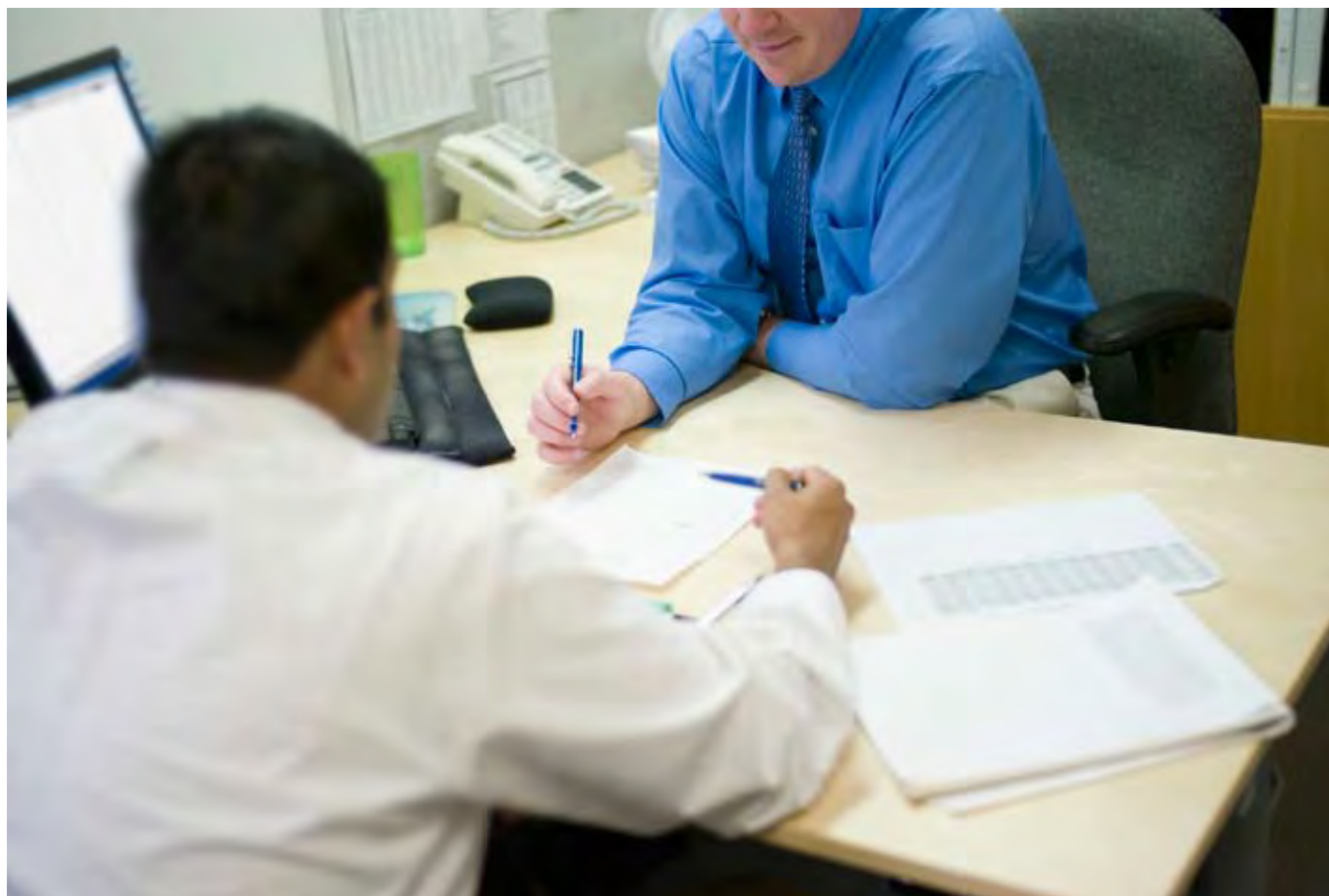
De acordo com o n.º 2 do artigo 46.º do diploma citado, *"os objectivos são, designadamente: a) de produção de bens e actos ou prestação de serviços, visando a eficácia na satisfação dos utilizadores; b) de qualidade, orientada para a inovação, melhoria do serviço e satisfação das necessidades dos utilizadores; c) de eficiência, no sentido da simplificação e racionalização de prazos e procedimentos de gestão processual e na diminuição de custos de funcionamento; d) de aperfeiçoamento e desenvolvimento das competências individuais, técnicas e comportamentais do trabalhador"*.

O CCA deverá emitir orientações relativamente ao mínimo e ao máximo de objectivos a fixar, tendo em atenção o disposto no n.º 4 do artigo 46.º do referido diploma, que aponta para a obrigatoriedade de um mínimo de 3 objectivos, não estabelecendo um número máximo.

No caso do ISS, o CCA deliberou a contratualização, por trabalhador, de um mínimo de 3 objectivos e um máximo de 7, tendo como base os objectivos estabelecidos no Plano de Acção, no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e nos Quadros de Objectivos por Área Funcional (QUOAF). Os QUOAF são instrumentos criados a partir do QUAR, onde se reflectem os objectivos específicos de cada área funcional do ISS, abrangendo-se assim, de forma transversal, todas as unidades orgânicas e/ou avaliadores e avaliados, a nível nacional.

As competências a avaliar são as constantes do Anexo VI da Portaria n.º 1633/2007, de 31 de Dezembro. Neste diploma é apresentado um alargado número de competências, por grupo profissional, pressupondo que, para a avaliação de desempenho de cada trabalhador, seja feita uma selecção de entre aquelas competências. Podemos entender que o legislador teve em conta a multiplicidade de actividades que poderão desenvolver os trabalhadores de cada grupo profissional, quando inseridos nos mais diversos serviços, pressupondo a demonstração de competências específicas.

Não havendo um limite máximo de competências a avaliar, de acordo com o n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, deverão ser avaliadas, pelo menos, 5 competências. No caso do ISS, o CCA deliberou a avaliação de 7 compe-





tências transversais, por grupo profissional, acrescidas de 3 competências, a seleccionar, em função das especificidades de cada área orgânica, por acordo entre avaliador e avaliado.

As orientações em matéria de indicadores de medida, também da competência do CCA, poderão contribuir para mitigar alguma discrepância que possa surgir na avaliação de trabalhadores com semelhantes nível de competências e conteúdo funcional. O estabelecimento de critérios de superação de objectivos pelo CCA deverá, sobretudo, apoiar a promoção da transparência na aplicação do SIADAP, pois definirá à partida as regras que, no final do processo de avaliação, serão aplicadas para a diferenciação de desempenho e o apuramento dos desempenhos relevantes e excelentes.

Tanto nas orientações sobre os indicadores de medida como no estabelecimento de critérios de superação, o CCA terá em conta as metas previstas no Plano de Acção, no QUAR e nos QUOAF.

Segundo a alínea c) do n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, compete ao DMS "*fixar níveis de ponderação dos parâmetros de avaliação, nos termos da presente lei*". Assim, para os dirigentes intermédios (SIADAP 2), tendo em conta o disposto no n.º 10 do artigo 36.º da citada Lei, o DMS deverá fixar uma ponderação não inferior a 75% para o parâmetro *Resultados* e uma ponderação não superior a 25% para o parâmetro *Competências*, bem como, tendo em conta o disposto no n.º 2 do artigo 50.º do mesmo diploma, fixar uma ponderação não inferior a 60% para o parâmetro *Resultados* e uma ponderação não superior a 40% para o parâmetro *Competências*, para os restantes trabalhadores, não dirigentes (SIADAP 3).

No ISS tanto para dirigentes como para os restantes trabalhadores, foi decidido aplicar a ponderação mínima para o parâmetro *objectivos* e a ponderação máxima para o parâmetro *competências*, de acordo com as previstas no diploma citado.

Em suma, são estes os principais domínios susceptíveis de serem adaptados à luz do quadro jurídico do novo SIADAP, garantindo-se assim o respeito integral pelos seus princípios e regras. □



## Representação da Segurança Social nas CPCJ

**Ana Paula Alves e Ivone Monteiro**

Sector de Apoio Técnico à Prevenção do Risco  
Unidade de Infância e Juventude  
Departamento de Desenvolvimento Social  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
ana.p.alves@seg-social.pt  
ivone.s.monteiro@seg-social.pt

No âmbito do plano de qualificação dos representantes da Segurança Social nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), elaborou-se o Relatório de Avaliação Diagnóstica sobre a representação sectorial em 2007, destacando-se os seguintes aspectos:

- A Segurança Social assegura a sua representação em todas as CPCJ;
- O tempo de afectação ao funcionamento das CPCJ por parte dos representantes da Segurança Social está, no geral, de acordo ou acima dos critérios estabelecidos pela Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco;
- Cerca de 25% destes técnicos exerce funções de Presidência (13%) ou de Secretariado (12%) nas respectivas CPCJ;
- Cerca de 20% dos processos instaurados nestas Comissões é afecto a estes técnicos, importando em futuras avaliações apurar o volume processual global afecto ao representante da Segurança Social.

Das propostas e conclusões do relatório, importa relevar:

- A necessidade de formação contínua e especializada e de supervisão das práticas, enquanto representantes de um serviço numa parceria, bem como de clarificação do papel e estatuto de representante;
- A confluência das competências da Comissão Alargada no âmbito das plataformas supra-concelhias da Rede Social, no sentido de identificar precocemente as situações nos diferentes territórios e planificar de forma integrada e inter-sectorial a acção preventiva e remediativa em matéria de infância e juventude. □



# Sistema de Apoio à Fiscalização

No passado mês de Abril, ocorreu a entrada em exploração do Sistema de Apoio à Fiscalização (SAF). É um sistema de âmbito nacional integrado no Sistema de Informação da Segurança Social.

Esta nova aplicação simplifica e agiliza a articulação entre os serviços que integram o Departamento de Fiscalização e os Centros Distritais, bem como aumenta a eficiência e eficácia do Sistema Segurança Social, atento o seu carácter uniformizador, transparente e centralizador. Isto, porque o SAF serve os cinco serviços de Fiscalização (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) do Departamento de Fiscalização do Instituto de Segurança Social (ISS) e os Serviços de Fiscalização das Regiões Autónomas.

Estamos perante um sistema que suporta a gestão de toda a actividade inspectiva de Pessoas Singulares, Pessoas Colectivas e Equipamentos Sociais (Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras), conforme as competências descritas no art.º 10º, da Portaria 638/2007, de 30 de Maio.

Nesse sentido, a Orientação Técnica n.º 10/2008, de 4 de Junho de 2008, aprovada por deliberação do Conselho Directivo do ISS, indica de uma forma clara a dinâmica produzida pelo SAF quer nos reflexos induzidos na organização interna do Departamento de Fiscalização, quer na relação deste com os diversos intervenientes.

Os objectivos do SAF, constantes desta orientação são:

- Dotar o ISS de um Sistema único e nacional, nesta área;
- Obtenção de um Cadastro Nacional de Inspecção a ERSS;
- Automatização da gestão da actividade inspectiva, implementando um controle processual padronizado;

- Criação do workflow entre unidades Orgânicas do ISS e os SF;
- Transferência informática de processos entre Sectores dos SF;
- Acesso transparente a outros subsistemas do SISS, DGCI, IEPF, etc;
- Definição de padrões de comportamentos que devem dar origem a PEDINT (pedidos de averiguação);
- Suporte à actividade pró-activa;
- Visão Distrital/Regional/Nacional dos resultados da inspecção, permitindo a recolha da actividade inspectiva e
- Desmaterialização do processo.

Saliente-se a imaterialidade do processo reflectida na supressão do suporte papel entre os serviços dos Centros Distritais e o Departamento de Fiscalização, privilegiando-se a interacção por via electrónica.

Esta reforma é fundamental no aumento da eficiência e eficácia do procedimento, e mesmo de economia, mas implica necessariamente períodos de formação e adaptação.

De facto, a implementação de novas tecnologias gera sempre alterações no ambiente organizacional, nomeadamente na forma de realizar trabalho, motivo pelo qual a utilização do SAF foi alvo de acções prévias de sensibilização em cascata das áreas abrangidas. Foram ainda desenvolvidas acções de formação dirigidas aos diversos utilizadores do Departamento de Fiscalização, bem como a concepção de uma formação específica para os dirigentes e funcionários dos Centros Distritais.

O desenvolvimento de processos de forma integrada como SISS permite ainda um acesso célere e eficaz ao respectivo conteúdo numa óptica de facilidade de comunicação/informação. □

# Encontro Nacional do RMG/RSI



ENCONTRO NACIONAL DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

## EXPRESSÕES DA PRÁTICA E DO SABER

**Cristina Estorninho e Joana Vallera**

Unidade de Qualificação de famílias e Territórios  
Departamento para o Desenvolvimento Social  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
cristina.i.estorninho@seg-social.pt  
joana.m.vallera@seg-social.pt

No passado dia 1 de Julho de 2008, comemorou-se mais um aniversário do Rendimento Social de Inserção (RSI).

O encontro teve lugar no Auditório do Museu do Oriente, dedicado ao tema “RSI: Expressões da prática e do saber”, uma iniciativa da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção (CNRSI).

No âmbito do Ano Europeu do Diálogo Intercultural, estas comemorações deram principal destaque à temática da interculturalidade, contando com a experiência da prática de um projecto referente ao modelo integrado de intervenção com a população cigana e do enquadramento teórico da evolução das questões de imigração em Portugal.







Da parte da tarde o Professor Pedro Hespanha apresentou um estudo efectuado recentemente "Famílias Pobres e Desafios à Intervenção Social", com o objectivo de discutir as estratégias de intervenção com estas famílias e avaliar o modo como as estruturas organizativas das instituições que administram as políticas influenciam os resultados da intervenção.



O Professor Carlos Farinha Rodrigues falou da actualização que tem vindo a desenvolver, referente ao seu estudo, e direccionou a sua intervenção com base nos seguintes objectivos: comparar a distribuição do rendimento em Portugal e na União Europeia; analisar a evolução recente da desigualdade e da pobreza monetária em Portugal; e avaliar do impacto do RSI no combate às situações de pobreza e exclusão social.

Um dos pontos altos do encontro foi a apresentação dos poemas do Grupo de Teatro do Centro Português para os Refugiados - Refugiato "Ecos de Esperança" que através das mensagens de esperança e liberdade proferidas em várias línguas, imprimiu grande entusiasmo e animação a todos os participantes.

Uma vez mais o aniversário de RSI permitiu uma reflexão produtiva sobre as questões da pobreza e exclusão social. □



# Ministra da Solidariedade Social de Timor-Leste visita Portugal

**Maria de Fátima Andrade**

Departamento de Desenvolvimento Social  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
m.fatima.andrade@seg-social.pt

A convite do Ministro do Trabalho e da Segurança Social, José António Vieira da Silva, deslocou-se em visita oficial a Portugal, no passado mês de Julho, a Ministra da Solidariedade Social de Timor-Leste, Maria Domingas Alves, chefiando uma Delegação que integrava o Director-Geral e um Assistente do Plano e da Cooperação do mesmo Ministério, o Chefe do Gabinete e uma Assessora.

Correspondendo ao interesse manifestado pela Senhora Ministra em conhecer a realidade portuguesa nas áreas da violência doméstica e apoio às vítimas, políticas do envelhecimento, respostas sociais e crianças e jovens em perigo, o Instituto da Segurança Social (ISS) a pedido da Equipa de Cooperação do Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSS, participou na organização da visita, assegurando o Programa na tarde do dia 21 e nos dias 23 e 25 de Julho.

A metodologia escolhida foi a da apresentação de cada um dos temas em separado através de um breve enquadramento sobre a Política Nacional, os dispositivos legais, a caracterização das respostas sociais e recursos disponíveis.

Seguiram-se visitas, acompanhadas por chefias ou técnicos do Departamento de Desenvolvimento Social do ISS a várias Instituições: Centro de Acolhimento e Casa Abrigo (UMAR); Domus Vida; Associação Casapiana; Centro Social Paroquial S.Vicente Paulo; Centro Infantil O Roseiral; Associação de Lares Novo Futuro; Casa da Encosta.

A visita da Ministra e o clima em que decorreu, possibilitou aos técnicos do ISS, nela directamente envolvidos, uma oportunidade para uma produtiva troca de experiências, também enriquecida pelos momentos de debate criados aquando das visitas às Instituições que, com espírito de grande abertura, acolheram a Delegação. □

# Fundação Calouste Gulbenkian recebe I Congresso Internacional de Adopção

**Cristina Vaz de Almeida**

Direcção de Comunicação e Imagem  
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa  
cristina.vazalmeida@scml.pt



Decorreu nos dias 19 e 20 de Novembro de 2008 o I Congresso Internacional de Adopção co-organizado pelo Instituto da Segurança Social (ISS), pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e pela Crescer Ser – Associação Portuguesa do Direito de Família e Menores (APDFM).

O evento foi realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, Auditório 2, em Lisboa, e contou com a presença de mais de três centenas de participantes.

Os públicos-alvo deste evento foram técnicos das diferentes instituições, profissionais de saúde e da acção social, juristas, associações relacionadas com a família e as crianças, e todo o público interessado nesta matéria.

Este Congresso visou a abordagem do estado-da-arte da adopção em Portugal e da reflexão e partilha de experiências com especialistas nacionais e estrangeiros, pretendendo-se no final deste encontro conseguir outras perspectivas para o tema, tendo sempre em conta o desenvolvimento e bem estar da criança. Foi ainda abordada a questão da adopção internacional, para além da adopção nacional, visto o Congresso contar com a presença de oradores estrangeiros, que podem trazer mais valias directas para a temática.

Contaram-se entre os Oradores, destacados profissionais portugueses, espanhóis, holandeses e americanos. □





# Projecto E-Qu@lificação

**Júlia Tomaz**

Centro de Competências para a Formação  
Departamento de Recursos Humanos  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
julia.m.tomaz@seg-social.pt

O Instituto da Segurança Social (ISS), a convite da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (Animar) e da Cáritas Portuguesa, integra, em 2008, a parceria constituída para a Acção 3 do projecto E-Qu@lificação, enquadrado no Programa EQUAL. Fazem ainda parte desta parceria outras entidades públicas, designadamente, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e o Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo (INSCOOP).

O E-Qu@lificação tem como objectivo reforçar as competências dos agentes das organizações enquadradas no 3º sector, no domínio da gestão organizacional, utilizando uma metodologia formativa inovadora: o Three Learning (Formação E-Learning + Sessões Presenciais + Visitas/intercâmbios).

Anteriormente, no decurso da acção 2, foi desenvolvido um produto designado por "e-Qu@lificação para o Terceiro Sector", que se traduz numa solução formativa integrada e inovadora, constituída por duas vertentes principais:

1) 9 Cursos de formação, disponibilizados online no Portal 3Sector (<http://www.3sector.net/moodle/>) e em versão CD-ROM, designadamente:

- Novos Conceitos e Práticas de Economia Social/ Concepção, Avaliação e Gestão de Projectos de Economia Social/ Gestão Estratégica/ Gestão de Recursos Humanos/ Gestão Financeira/ Gestão Comercial para o Terceiro Sector/ Estratégias de Marketing Social/ Sistemas da Qualidade/ Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens.

Os conteúdos formativos procuram atender a duas ideias fundamentais:

- Adaptar matérias de gestão de empresas à gestão de organizações de economia social e solidária, em conformidade com o diagnóstico de necessidades formativas realizado;

- Introduzir o princípio da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens em todos os conteúdos formativos.

2) Manual de e-Col@boração e e-Aprendiz@gem + CD de demonstração dos produtos formativos e das metodologias adoptadas.

Este recurso técnico-pedagógico descreve as práticas e metodologias implementadas no processo de concepção e desenvolvimento do produto. O CD de demonstração sintetiza e apresenta o processo formativo e respectivos conteúdos.

A Acção 3, que decorre actualmente, caracteriza-se por ser uma etapa de disseminação dos "produtos" (recursos técnico-pedagógicos e práticas bem sucedidas) alcançados no âmbito da Acção 2 do projecto. As actividades de disseminação visam a facilitação do processo de transferência/incorporação do produto "e-Qu@lificação para o Terceiro Sector", através da realização de workshops, acções de formação e reajustes do produto a realidades específicas.

O ISS, na sua qualidade de parceiro, é utilizador/incorporador do produto e de práticas no contexto da sua intervenção, acolhendo novos modelos de qualificação, proporcionando o desenvolvimento de competências específicas em matéria de gestão nas organizações do terceiro sector. Entre outros benefícios resultantes desta parceria, destaca-se a apropriação interna dos conteúdos estruturados e moldados segundo estratégias pedagogicamente ajustadas ao ensino-aprendizagem a distância, que, pela sua composição modular autónoma, permitem criar e combinar itinerários pedagógicos ajustados e adaptados a necessidades específicas. Resulta, igualmente, em benefício, a própria parceria criada neste projecto, o trabalho em rede e a aprendizagem colectiva que estas actividades proporcionam. □

# Instituto da Segurança Social mais próximo dos cidadãos



**Nuno Lourenço**  
Gabinete de Comunicação  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
nuno.j.lourenco@seg-social.pt

O Instituto da Segurança Social (ISS), através dos Centros Distritais de Braga e Guarda, esteve presente no Salão Sénior em Vila Verde (Braga) e na Feira de São Bartolomeu em Trancoso (Guarda).

O Salão Sénior realizou-se de 4 a 6 de Julho e a Feira de São Bartolomeu de 14 a 24 de Agosto.

As participações tiveram como objectivo levar a todos os que visitaram os certames informação sobre os produtos e serviços da Segurança Social. A destacar: o Complemento Solidário para Idosos; a Majoração do Abono de Família para Famílias Monoparentais e os Subsídios Sociais de Maternidade, Paternidade e Adopção.

Acções muito positivas que potenciam o acesso à informação e o esclarecimento de questões fundamentais para a implementação das medidas.

A presença do ISS nestas iniciativas aproxima a Segurança Social dos cidadãos como resposta às suas necessidades. Segurança Social, agora e sempre. □







# A Infância e os Órgãos de Comunicação Social em debate

**Gabinete de Comunicação**  
Instituto da Segurança Social, I.P.

A Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), em parceria com o Instituto da Segurança Social (ISS), o Sindicato dos Jornalistas (SINJOR) e a Associação Portuguesa de Jovens Jornalistas – Youth Press Portugal (YPP), organizaram o seminário “A cultura da infância numa sociedade democrática: contributos e responsabilidades. A mais valia da informação/ comunicação”, que decorreu no dia 25 de Setembro no Centro Jean Monnet – Representação da Comissão Europeia em Portugal.

Potenciar o papel informativo e reflexivo dos órgãos de comunicação social na construção social da realidade referente à protecção das crianças e jovens, em particular as que se encontram em risco ou perigo, e à promoção dos seus direitos, foi o objectivo primordial da CNPCJR, que pretendeu com este evento dar continuidade à reflexão iniciada no Porto, em Maio de 2007.

Iniciaram a sessão o Presidente da CNPCJR, Armando Leandro, que apresentou o Sistema de Promoção e Protecção em Portugal, a Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal, Margarida Marques, o Presidente do Conselho Di-





rectivo do ISS, Edmundo Martinho, o Presidente do SINJOR, Alfredo Maia, e a Presidente da YPP, Rafaela Grácio.

O seminário contou com as intervenções, entre outros, dos provedores dos espectadores da RTP, Paquete de Oliveira, e dos ouvintes da RDP, Adelino Gomes, do director adjunto do Correio da Manhã, Eduardo Dâmaso, do editor da TVI, Jorge Nuno Oliveira e ainda das jornalistas Céu Neves do Diário de Notícias, e Fernanda Oliveira Ribeiro da SIC.



Na plateia, diversos jornalistas, estudantes da área do jornalismo, membros das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) e CNPCJR, escutavam atentos os oradores.

Durante a sessão, assistiu-se a vários momentos de debate, onde se discutiram os temas:

- “Percurso de um caso numa Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – da sinalização ao encaminhamento e respectivo arquivamento”
- “Cobertura jornalística de um caso de uma criança ou jovem em perigo – da recolha da informação à notícia”
- “A responsabilidade dos meios de comunicação social no sistema de promoção e protecção”
- “Os direitos fundamentais à informação e à privacidade: Que concordância prática à luz dos valores e princípios do sistema de Promoção e Protecção?”

Várias questões foram levantadas, dúvidas esclarecidas, ideias formadas. Um dia dedicado às crianças e à forma como o mundo as vê e cuida delas perante as fragilidades da sociedade portuguesa.

Apesar do muito trabalho já realizado nesta área e da satisfação dos participantes pelos resultados alcançados no decorrer do Seminário, ficou ainda a ideia de que um longo caminho continua por percorrer e é preciso o trabalho de todos para conseguir concretizar um objectivo comum, proteger as crianças e os jovens. □

## Assinatura da Revista Pretextos

Caro(a) Leitor(a),

Se pretende ser assinante da Revista Pretextos envie-nos o seu pedido para:

**Redacção da Revista Pretextos**

**Rua Rosa Araújo, nº 43**

**1250-194 Lisboa**

**Fax: 21 310 20 95**

**E-mail: [m.joao.quedas@seg-social.pt](mailto:m.joao.quedas@seg-social.pt)**

Passará a recebê-la, gratuitamente, na morada que nos indicar, já a partir do próximo número!

**Boas leituras!**

Revista disponível para download em  
**[www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)**



Slovensko predsedstvo EU 2008  
Slovenian Presidency of the EU 2008  
La Présidence slovène de l'UE 2008

# 7º Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza e/ou Exclusão Social

**Júlio Paiva**

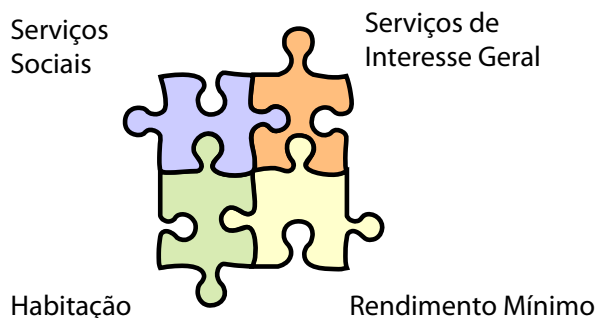
Rede Europeia Anti Pobreza/ Portugal  
julio.paiva@reapn.org

**Cecília Demée**

Plano Nacional de Acção para a Inclusão  
m.cecilia.pignatelli@seg-social.pt

Decorreu nos dias 16 e 17 de Maio, em Bruxelas, o 7º encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza e /ou Exclusão Social. Esta iniciativa foi co-organizada pela Presidência Eslovena da União Europeia, pela European Anti-Poverty Network (EAPN) – representada em Portugal pela rede Europeia Anti-Pobreza /Portugal (REAN) e pelo Governo Belga.

## Quatro Pilares na Luta Contra a Pobreza



O encontro teve como temática central: " Quatro Pilares na Luta Contra a Pobreza: Rendimento Mínimo, Serviços Sociais, Serviços de Interesse Geral e Habitação". O objectivo principal destes encontros é de fazer ouvir a voz daqueles que vivem situações e processos de pobreza e daqueles que elaboram as políticas no sentido de reduzir o problema ao nível dos Estados Membros da União Europeia. Este Encontro visou igualmente encorajar a actividade e inserção de grupos marginalizados no processo de procura de soluções e na formação de estratégias e de medidas para melhorar a situação.

A delegação portuguesa contou com a presença de quatro delegados e o coordenador. Os delegados foram enviados a partir do trabalho de base desenvolvido pela REAPN em torno de grupos de trabalho sobre participação nos seus núcleos distritais. Este ano, os delegados presentes representavam os distritos de Leiria, Lisboa, Viana do Castelo e Portalegre. O Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) participou também acompanhando os trabalhos, prática que aliás vem de iniciativas anteriores. □

# Ecos

## Ciclo de Encontros promove Ano Europeu do Diálogo Intercultural

O Centro de Recursos em Conhecimento (CRC) do Instituto da Segurança Social (ISS) associa-se ao Ano Europeu do Diálogo Intercultural ao promover, no seu Auditório, sito na Rua Castilho, nº 5, em Lisboa, um Ciclo de quatro Encontros, designados "Diálogo Intercultural: Unidos na Diversidade". O objectivo discutir é o tema da Interculturalidade numa perspectiva pluridisciplinar e proporcionar um espaço de reflexão e debate.

Para a dinamização deste Ciclo de Encontros estão convidadas personalidades de reconhecido mérito profissional, nomeadamente professores e investigadores universitários, que têm desenvolvido trabalho científico sobre esta temática.

O Ciclo de Encontros realiza-se de acordo com a seguinte calendarização:

- **Encontro 1.**  
Diálogo Intercultural, Governação e Cidadania, dia 9 de Outubro, 16h00, Dra. Rosário Farmhouse, ACIDI, I.P e Prof. Doutor João Bettencourt da Câmara, ISCSP-UTL;
- **Encontro 2.**  
Diálogo Intercultural, Minorias Étnicas e Identidades, dia 23 de Outubro, 16h00, Prof. Doutor Jorge Vala, ICS-UL e Prof. Doutor José Gabriel Pereira Bastos, FCSH-UNL;
- **Encontro 3.**  
Diálogo Intercultural, Economia e Equidade Social, dia 6 de Novembro 16h00, Prof. Doutor Carlos Farinha Rodrigues, ISEG-UTL e Prof. Doutor João César das Neves, UCP;
- **Encontro 4.**  
Diálogo Intercultural, Educação e Conhecimento, dia 20 de Novembro, 16h00, Prof. Doutor Carlos Zorrinho, Universidade de Évora e Prof. Doutor Hermano Duarte de Almeida e Carmo, Universidade Aberta.



**Liliana Monteiro**  
Centro de Recursos em Conhecimento  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
liliana.p.monteiro@seg-social.pt

## LNES e Cruz Vermelha Portuguesa assinam protocolo

A Linha Nacional de Emergência Social (LNES - número 144) é um serviço público gratuito que funciona 24 horas por dia, 365 dias por ano. A sua Missão é a salvaguarda dos cidadãos em situação de Emergência Social. No ano em que comemora o 7º Aniversário foi assinado com a Cruz Vermelha Portuguesa um



protocolo de cooperação, que visa a substituição das Equipas Distritais por Equipas da Cruz Vermelha.

Pretende-se com este protocolo dar continuidade aos objectivos da LNES, privilegiando a proximidade com os cidadãos para uma resposta cada vez mais efectiva e eficiente. No mês de Outubro deu-se o início desta colaboração.

**Cristina Gilde, Joana Alves e Tânia Pinto**

Linha Nacional de Emergência Social  
Departamento de Desenvolvimento Social  
Instituto da Segurança Social, I.P.

## Segurança Social com presença no portal do SAPO



A Segurança Social está presente no Portal SAPO, em [www.sapo.pt](http://www.sapo.pt), com o objectivo de estar mais próxima dos cidadãos na divulgação de produtos e serviços. Através do Portal pode aceder-se directamente à informação das páginas do site da Segurança Social, [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt), de acordo com o tema do banner.

Uma forma mais rápida para ficar a conhecer os Certificados de Reforma, a Segurança Social Directa, o Complemento Solidário para Idosos e os Subsídios Sociais da Maternidade, Paternidade e Adopção.

Com esta parceria o número de acessos ao site da Segurança Social aumentou, considerando que a homepage do SAPO é visitada diariamente por 900 mil portugueses, que somam cerca de 76 milhões de visualizações/mês.

**Gabinete de Comunicação**  
Instituto da Segurança Social, I.P.

## Correio do leitor

Este espaço é dedicado ao Correio do Leitor. Diariamente nos chegam pedidos de novas assinaturas da Revista Pretextos, pedidos esses acompanhados de palavras que nos incentivam a continuar o "projecto" PRETEXTOS, que vai já no 31º número, com uma edição regular desde o ano 2000 e que conta já com 19 000 assinantes.

Partilhamos com os nossos leitores alguns dos estímulos recebidos!

"Queria muito começar a receber a Revista Pretextos, uma vez que a sua informação é-me muito útil no desempenho da minha profissão".

"Gostaria de ser assinante da Revista Pretextos, tendo em conta a sua importância no apoio à nossa actividade profissional, quer em termos de actualização de conhecimentos, quer ao nível teórico-metodológico".

"Considero a vossa revista muito útil".

"Leio com frequência a vossa Revista Pretextos que tem artigos sempre importantíssimos para a minha profissão".

"A Revista Pretextos é um instrumento muito importante para o exercício das minhas funções enquanto socióloga e professora de uma escola profissional".

"Parabéns pela Revista".

"Tive conhecimento da Revista Pretextos, sendo licenciada em Política Social a revista é do meu maior interesse".

"Sou socióloga e gostaria muito de receber a vossa revista visto ter muito interesse para mim enquanto profissional e cidadã".

"Trata-se de uma revista que já leio com alguma frequência através do meu local de trabalho. Sou educadora social e gostaria de também a receber no meu domicílio para que possa guardar os artigos da minha preferência".

"Sou educadora social e trabalho numa IPSS e interesse-me bastante pelos temas abordados pela vossa revista que tem sempre textos muito bons e úteis".

Pode enviar os seus contributos para a Redacção da Revista:

Rua Rosa Araújo, nº 43  
1250-194 Lisboa  
Fax: 21 310 20 95

E-mail: [m.joao.quedas@seg-social.pt](mailto:m.joao.quedas@seg-social.pt)

# Sites

## Desenvolvimento Infantil

**Alexandra César**

Centro de Recursos em Conhecimento  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
alexandra.m.cesar@seg-social.pt



**Universidade do Minho/  
Instituto de Estudos da  
Criança: Centro de Estudos  
da Criança (Portugal)**

<http://www.iec.uminho.pt/Default.aspx?tabid=9&pageid=50&lang=pt-PT>



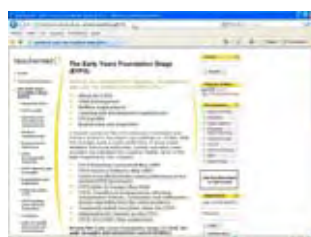
**Centro de Desenvolvimento  
Infantil de Braga (Portugal)**

<http://www.cdibraga.net/>



**CADIn - Centro de Apoio ao  
Desenvolvimento Infantil  
(Portugal)**

[http://www.cadin.net/pls/dcadin/main\\_page?levelid=1](http://www.cadin.net/pls/dcadin/main_page?levelid=1)



**Teachernet: EYFS - Early  
Years Foundation Stage  
(Reino Unido)**

<http://www.teachernet.gov.uk/teachingandlearning/EYFS/>



**Fundação Renascer (Portugal)**

<http://www.fundacaorenascer.pt/>



**SRCD - Society for Research  
in Child Development (Reino  
Unido)**

<http://www.srcd.org/>



**Crescer - Centro de  
Desenvolvimento Infantil  
(Portugal)**

<http://www.centrocrescer.pt/>



**The Whole Child - The ABC's  
of Child Development (Reino  
Unido)**

<http://www.pbs.org/wholechild/abc/>



**Diferenças - Centro de  
Desenvolvimento Infantil  
(Portugal)**

<http://www.diferencas.net/>



**NACD - The National  
Association for Child  
Development (EUA)**

<http://www.nacd.org/>

# Bibliografia Temática

## Minorias Étnicas

**Alexandra César**  
Centro de Recursos em Conhecimento  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
alexandra.m.cesar@seg-social.pt

ABRANTES, Pedro - *Os sentidos da escola : identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade*. Oeiras : Celta, 2003. XII, 145 p. ; 24 cm.

ARJONA GARRIDO, Ángeles ; OLMOS, Juan Carlos Checa - *Emprendedores étnicos en Almería : una alternativa laboral a la segmentación del mercado de trabajo*. Sociología del Trabajo. - Madrid. - ISSN 0210-8364. - Nº 54 (Primavera 2005), p. 101-125.

BALLESTER PASTOR, María Amparo - *El principio comunitario de igualdad de trato por razón de origen racial e étnico*. Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales. - Madrid. - ISSN 1137-5868. - Nº 63 (2006), p. 33-63.

BARRETO, Pedro - *Tradição e prospectiva nos meandros da economia cigana : circuitos peri-económicos na grande Lisboa*. Lisboa : Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2006. 101, [5] p. : il. ; 24 cm. (Olhares ; 5). ISBN 989-8000-06-6.

BASTOS, Susana Pereira ; BASTOS, José Gabriel Pereira - *Filhos diferentes de deuses diferentes : manejos da religião em processos de inserção social diferenciada : uma abordagem estrutural-dinâmica*. Lisboa : Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2006. 312 p. ; 20 cm. (Observação da imigração ; 17). ISBN 972-8000-17-0.

BIFFL, Gudrun - *Socio-economic determinants of health and identification of vulnerable groups in the context of migration : the case of Austria*. View : WIFO, 2003. 19 p. ; 31 cm. (WIFO working papers ; 206).

BRANCO, Manuel Couret - *Quanto valem os valores : discurso sobre o determinismo cultural do desenvolvimento e do subdesenvolvimento*. Economia e Sociologia. - Évora. - ISSN 0870-60263. - Nº 80 (2005), p. 141-156.

CASA-NOVA, Maria José - *Etnicidade, género e escolaridade : estudo em torno das socializações familiares de género numa comunidade cigana da cidade do Porto*. Lisboa : Instituto de Inovação Educacional, 2002. 177 p. : quadros ; 24 cm. (Ciências da educação ; 43). ISBN 972-783-042-0.

COCHITO, Maria Isabel Geraldês Santos - *Cooperação e aprendizagem : educação intercultural*. Lisboa : Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2004. XV, [1], 180 p. ; 30 cm. (Cadernos de formação de educação intercultural ; 3). ISBN 972-99316-1-5.

*Comunidades ciganas : dossier*. Rediteia - Rede Europeia Anti-Pobreza. - Porto. - ISSN 1646-0782. - Nº 35 (Janeiro-Junho 2005), p. 17-43.

CONGRESSO : IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL : DIVERSIDADE : CIDADANIA : INTEGRAÇÃO, 1, 18/19 de Dezembro de 2003 - *Congresso Imigração em Portugal : diversidade : cidadania : integração*. Lisboa : ACIME, 2004. 209 p. ISBN 972-98959-9-6.

CONNOR, Jennifer M. [et al] - *The relation of age, gender, ethnicity, and risk behaviors to self-esteem among students in nonmainstream schools. Adolescence*. - San Diego. - ISSN 0001-8449. - Vol. 39, nº 155 (Fall 2004), p. 457-473.

CORTEZÃO, Luísa - *Pontes para outras viagens : escola e comunidade cigana : representações recíprocas*. Porto : Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005. 85 p. ; 24 cm. (Olhares ; 1). ISBN 989-8000-00-7.

CUNHA, Rui - *Migrações : novos desafios*. Cidade Solidária. - Lisboa. - ISSN 0874-2952. - Nº 18 (Julho 2007), p. 3-58.

DIAS, Eduardo Costa [et al] - *Comunidades ciganas : representações e dinâmicas de exclusão-integração*. Lisboa : Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2006. 111 p. ; 24 cm. (Olhares ; 6). ISBN 989-8000-12-0.

DUARTE, Isabel [et al] - *Coexistência inter-étnica, espaços e representações sociais : os ciganos vistos pelos outros*. Lisboa : Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005. 181 p. ; 24 cm. (Olhares ; 4). ISBN 989-8000-05-08.



# Bibliografia Temática

FAIRISE, Anne - *Discriminations raciales : ces employeurs qui chassent les préjugés* . Liaisons Sociales - Magazine. - Paris. - ISSN 1297-031X. - N° 57 (Décembre 2004), p. 18-22.

FONSECA, Ernesto Paulo [et al] - *Representações sociais das comunidades cigana e não-cigana : implicações para a integração social* . Lisboa : Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005. 73 p. ; 24 cm. (Olhares ; 3). ISBN 989-8000-03-01.

FUNDACIÓN SECRETARIADO GENERAL GITANO. Área de Educación, co-aut - *Ensinar e aprender em contextos de diversidade cultural : orientações e estratégias para as escolas*. Madrid : FSGG, D.L. 2003. 60 p. ; 24 cm.

LAGES, F. Mário ; POLICARPO, Verónica - *Atitudes e valores perante a imigração*. Lisboa : ACIME, 2003. 192 p. ; 20 cm. (Observatório da imigração ; 2). ISBN 972-98959-2-9.

LAPARRA NAVARRO, Miguel - *La Europa de los gitanos : identidad, participación y políticas sociales en la Europa ampliada y su incidencia en España* . Documentación Social. - Madrid. - ISSN 0417-8106. - N° 137 (Abril-Junio 2005), p. 15.

MARTINS, Sandra Cristina - *A diferença de género na etnia cigana*. Cadernos do Noroeste. - Braga. - ISSN 1645-2089. - Vol. 17, N° 1-2 (2002), p. 233-243.

MINORIAS ÉTNICAS E RELIGIOSAS EM PORTUGAL, Coimbra, 2002 - *Minorias Étnicas e Religiosas em Portugal [ Texto polycopiado ] : história e actualidade : curso de inverno 2002*. Coimbra : IHES, 2002. 48 p. ; 30 cm.

NORONHA, Maria Helena - *A escola é uma esperança : sugestões para famílias de etnia cigana* . Lisboa : Secretariado Entreculturas, 2003. 63 p. : il. ; 21 cm. ISBN 972-8339-33-X.

OLIVEIRA, Ana ; GALEGO, Carla - *A mediação sócio-cultural : um puzzle em construção* . Porto : Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005. 142 p. : il. ; 20 cm. (Observatório da Imigração ; 14). ISBN 989-8000-02-3.

PLATT, Lucinda - *The intergenerational social mobility of minority ethnic groups*. [S.l.] : Institute for Social & Economic Research, 2003. 26 p. ; 31 cm. (ISER working paper ; 24).

PORTUGAL. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas - *Acolher e integrar : três anos ao serviço dos imigrantes e minorias étnicas : relatório de actividades do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2002-2005*. Lisboa : ACIME, 2005. 207 p. : il. ; 30 cm + 1 CR-ROM.

SHAW, Graham - *Ethnic minority, employment, through partnership : towards a model of good practice* . Copenhagen : Ministry of Refugee, 2002. 100 p..- ISBN 87-987643-6-5.

SILVA, Luísa Ferreira da - *Saúde-doença é questão de cultura : atitudes e comportamentos de saúde materna nas mulheres ciganas em Portugal* . Lisboa : Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005. 98 p. ; 24 cm. (Olhares ; 2). ISBN 989-8000-01-5.

VERKUYTEN, Maykel - *General self-esteem of adolescents from ethnic minorities in the Netherlands and the reflected appraisal process. Adolescence*. - San Diego. - ISSN 0001-8449. - Vol. 23, nº 92 (Winter 1988), p. 863-871.



# **MATERNIDADE PATERNIDADE ADOPÇÃO**

**MAIS TEMPO PARA O SEU FILHO**

# Segurança Social agora e sempre



SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.